



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0632584/2018**

**PA COPAM Nº:** 01037/2008/003/2018

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo deferimento

**EMPREENDEDOR:** Companhia Brasileira de Alumínio - CBA **CNPJ:** 61.409.892/0008-40

**EMPREENDIMENTO:** Companhia Brasileira de Alumínio - CBA **CNPJ:** 61.409.892/0008-40

**MUNICÍPIO:** Poços de Caldas **ZONA:** Rural

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- Não há incidência de critério locacional

<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
A-02-01-1	Lavra a céu aberto – minerais metálicos, exceto minério de ferro	3	0

**CONSULTORIA / RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

Maura Helena de Miranda Nunes

**REGISTRO:**

CREA-MG 101535/D

**AUTORIA DO PARECER**

**MATRÍCULA**

**ASSINATURA**

Fernando Baliani da Silva  
Gestor Ambiental - Engenheiro Químico

1.374.348-9

De acordo:  
Cezar Augusto Fonseca e Cruz  
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.147.680-1



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0632584/2018**

O empreendimento **Companhia Brasileira de Alumínio - CBA** atua no ramo minerário de extração de bauxita, exercendo suas atividades no município de Poços de Caldas. Em 26/07/2018 foi formalizado junto a Supram Sul de Minas, o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS nº. 01037/2008/003/2018.

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é a **Lavra a céu aberto – minerais metálicos, exceto minério de ferro**, para produção bruta prevista de 108.000 t/ano, com instalação prevista para início após emissão da licença ambiental.

O empreendimento pretende iniciar suas atividades no local denominado por **Mina Ribeirão do Cipó** com poligonal delimitada pela Agência Nacional de Mineração – ANM sob nº. 834.032/1996.

Foi apresentado o Cadastro Ambiental Rural – CAR para o Imóvel Fazenda Amoras – Três Barras e Cadastro Técnico Federal – CTF sob nº. 68.117 com Certificado de Regularidade válido até 23/11/2018.

A área objeto da extração e seu entorno, constitui-se de vegetação de eucalipto, próximo ao reservatório da Represa do Cipó. De acordo com informações prestadas e contidas no SIAM, o empreendimento já obteve Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF, **estando isento da incidência de critérios locais**.

Pela necessidade de se realizar a supressão de vegetação constituída por eucalipto, o empreendedor deverá obter junto ao Instituto Estadual de Florestas – IEF a Declaração de Corte e Colheita – DCC.

Este Parecer Técnico **não autoriza** qualquer intervenção em Área de Preservação Permanente – APP e/ou supressão de vegetação nativa.

A extração se dará pelo método de bancadas utilizando-se de 01 escavadeira e o transporte para a Unidade de Beneficiamento se dará por meio de 10 caminhões *truck* com caçambas basculantes. Ressalta-se que a atividade de beneficiamento não consta no empreendimento objeto desta LAS, por ser realizado em outra unidade industrial com licenciamento ambiental emitido.

Todo material estéril e solo orgânico retirado das novas frentes de lavras, é estocado na própria mina e utilizado na reconformação topográfica da área explorada.

A água necessária para consumo humano é adquirida e disponibilizada em caminhões pipas e galões.

O sanitário utilizado no empreendimento é um trailer que armazena os efluentes. Após enchimento do reservatório o mesmo será retirado e destinado para tratamento na Unidade de Beneficiamento da CBA.

Os resíduos sólidos gerados serão segregados e levados para Unidade de Beneficiamento da CBA.

Nos períodos de secas haverá geração de particulados, principalmente devido ao transporte da bauxita. Para mitigar esse impacto, o empreendimento realizará umectação das vias por meio de caminhões pipas que trarão a água da Unidade de Beneficiamento da CBA conforme Portaria de Outorga nº. 03203/2009 válida até 05/10/2023.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada - LAS ao empreendimento **“Companhia Brasileira de Alumínio - CBA”** para a atividade de **“Lavra a céu aberto – minerais metálicos, exceto minério de ferro”**, no município de **Poços de Caldas**, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste Parecer Técnico, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada de Companhia Brasileira de Alumínio – CBA – Mina Ribeirão do Cipó”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a realização de umectação de vias nas estações secas de cada ano.	Anualmente, durante a vigência da licença

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

## IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada de “Companhia Brasileira de Alumínio – CBA – Mina Ribeirão do Cipó”.

#### 1. Resíduos Sólidos

**Relatório:** Enviar anualmente à Supram Sul de Minas até o último dia do mês subsequente ao **12º relatório**, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável			
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento Ambiental	
									Nº processo	Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial.

- |                       |   |
|-----------------------|---|
| 1 - Reutilização      | 6 - Co-processamento                                    |
| 2 - Reciclagem        | 7 - Aplicação no solo                                   |
| 3 - Aterro sanitário  | 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada) |
| 4 - Aterro industrial | 9 - Outras (especificar)                                |
| 5 - Incineração       |   |

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.